

VITIMIZAÇÃO FATAL DE POLICIAIS MILITARES NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS E FATORES CORRELACIONADOS ÀS MORTES POR VIOLÊNCIA

Givanildo Franco do Nascimento⁴

RESUMO: A vitimização policial ascende como um importante problema social, de saúde e segurança pública, sobretudo quando o resultado é a morte. Este estudo, objetiva-se caracterizar a vitimização fatal de policiais militares no Brasil, a partir da literatura publicada entre 2019 a 2024. Trata-se de uma revisão integrativa, de natureza descritiva, com busca de estudos indexados nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde, SciELO e Google Acadêmico. Foram incluídos trabalhos publicados na íntegra, em português, constando dados sobre a vitimização com resultado de morte e na classe de policiais militares. Foram alcançados 9 estudos, com dados referentes a apenas 7 das 27 unidades federativas, refletindo em um debate ainda incipiente no âmbito teórico-científico. A identificação de características atinentes à mortalidade de policiais militares segue resultados similares nas variáveis analisadas nos estudos: policiais homens e negros são desproporcionalmente mais vitimados nas mortes violentas intencionais, com maior concentração de vítimas pertencentes à graduação de soldados, entre 30 a 39 anos, vitimados majoritariamente em períodos de folga, em vias públicas, sendo a maioria das mortes decorrentes de homicídios. Conclui-se que, mesmo ante os avanços e maior visibilidade no tratamento do tema, ainda é preciso aprimorar e ampliar as variáveis de monitoramento da vitimização policial em suas diversas formas, cujas análises sirvam como parâmetro e reivindicação por produção de políticas específicas para sua prevenção.

Palavras-chave: Risco; vitimização; mortalidade; policiais militares.

FATAL VICTIMIZATION OF MILITARY POLICE OFFICERS IN BRAZIL: CHARACTERISTICS AND FACTORS CORRELATED TO DEATHS BY VIOLENCE

ABSTRACT: Police victimization is an important social, health, and public safety problem, especially when the result is death. This study aims to characterize the fatal victimization of military police officers in Brazil, based on the literature published between 2019 and 2024. This is an integrative, descriptive review, with a search for studies indexed in the Virtual Health Library, SciELO, and Google Scholar databases. Studies published in full, in Portuguese, containing data on victimization resulting in death and involving military police officers were included. Nine studies were found, with data referring to only 7 of the 27 federative units, reflecting a still incipient debate in the theoretical-scientific scope. The identification of characteristics related to the mortality of military police officers yields similar results in the variables analyzed in the studies: male and black police officers are disproportionately more victims of intentional violent deaths, with a higher concentration of victims belonging to the rank of soldier, between 30 and 39 years old, mostly killed during off-duty periods, on public roads, with the majority of deaths resulting from homicides. It is concluded that even in view of the advances and greater visibility in the treatment of the issue, it is still necessary to improve and expand the variables for monitoring police victimization in its various forms, whose analyses serve as a parameter and demand for the production of specific policies for its prevention.

Keywords: Risk; victimization; mortality; military police

Recebido em 14 de maio de 2025

Aprovado em 19 dezembro de 2025

4 Graduado em Medicina (UERN-2021) CRM RN 11487. Especialista em Ginecologia e Obstetrícia (UERN-2025) RQE 6712. Tem experiência na área de Medicina, com ênfase em Medicina, atuando principalmente nos seguintes temas: gravidez adolescente, cuidado pré-natal e determinante de saúde. Policial Militar do Estado Rio Grande do Norte – 2º SGT/QPS/DS. Atualmente Instrutor do CAS 2025.2 (Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos da PMRN). <https://orcid.org/0000-0003-4044-168X>; <https://lattes.cnpq.br/7592054788410488>; E-mail: gil.f.n@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Na conjuntura histórica e perene das expressivas taxas de violência que assolam a população brasileira, para além da sociedade civil, os agentes das forças de segurança pública têm estado cada vez mais no lugar de vítima, ensejando o que se convencionou chamar de “Vitimização policial” (Costa *et al.* 2024).

Entende-se por vitimização policial um fenômeno complexo, imbricando aspectos sociais, de saúde e segurança, e que tem sido relacionada, sobretudo, a outro problema ainda mais amplo e multifatorial, a violência (Silva; Silva Júnior, 2021). Sua materialização, do mesmo modo, tem sido descrita como multifacetada, se apresentando na forma de diversos acometimentos à pessoa do policial, seja de ordem física, mental e psicológica (aspectos de morbidade), ou nos casos extremos, ser um condicionante de mortalidade entre esses agentes (Maia; Rodrigues; Assis, 2022).

Didaticamente, os estudos e relatórios que têm dado visibilidade a essa problemática destacam a alta correlação da vitimização policial em “razão da função”, principalmente quando se trata dos Policiais Militares (PMs). Importa clarificar que, essa expressão abarca duas condições que não podem ser ignoradas nas análises: 1ª) a vitimização quando o policial está em serviço, executando sua função; 2ª) quando é vitimado sem estar em serviço, em momentos de folga, por exemplo, mas o fator desencadeante é em decorrência da função (Souza; Minayo, 2013).

No Brasil, compete à PM a execução da política de segurança pública, através do policiamento ostensivo e preservação da ordem pública, conforme previsão constitucional esculpida no §50 do art. 144 (Brasil, 1988). Por isso, se diz que, no Estado Democrático Brasileiro, uma vez que a

instituição policial está na base da mediação entre condições sociais e restrições legais, é especificamente a PM que assume a linha de frente nessa condição (Oliveira; Prado, 2024).

Sobre a natureza da função da PM, o que tem se discutido, na prática, é que se trata de um trabalho com alta exposição a cenários de riscos à integridade física e mental, por estarem mais diretamente em momentos de confrontos e violência, tornando-os facilmente alvos e consequentemente, vítimas. Santos *et al.* (2025) refletem que os PMs estão expostos tanto à vitimização primária, quando sofrem diretamente a violência (lesões, ameaças, homicídios), quanto à vitimização secundária, quando decorre de resultados indiretos, o que se percebe pela própria estigmatização social e/ou condições institucionais, que nesse caso, podem ocorrer como consequência, em agravos tanto físicos como psicológicos.

Não por menos, segundo dados nacionais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024), a figura do PM é a que aparece com maior risco de ser vítima de eventos violentos do que outras categorias de agentes públicos de segurança. Ilustrando comparativamente, os números referentes à taxa de Policiais Civis (PCs) e militares vítimas de Crimes Violentos Letais e Intencionais⁵ (CVLIs) no Brasil em 2023, apontam que, enquanto nas mortes em confronto em serviço de PCs foram registrados 8 casos, as mortes de PMs na mesma categoria foi de 46 casos. Quando se analisa os óbitos fora de serviço, estes são ainda mais expressivos: enquanto morreram 12 PCs em 2023, a mortalidade nessa categoria para PMs foi de 61 agentes (FBSP, 2024).

Diversas hipóteses costumam ser apontadas acerca da alta taxa de vitimização de PMs, dentre as quais se destacam: a prática de realizar atividade de segurança privada em períodos de folga; tentativas de intervenção policial perante atos criminosos; e

5 A categoria de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLIs) foi criada pelo Ministério da Justiça (MJ) do Brasil, em 2006, com objetivo de agregar crimes contra a vida de maior relevância social, que têm como resultado a morte, como os crimes de homicídio doloso, lesão corporal seguido de morte e latrocínio, que se configura como roubo seguido de morte (Costa *et al.*, 2024, p. 31).

ainda a vingança orquestrada por facções criminosas ou por retaliação promovida por criminosos comuns, em razão da sua identificação como policial (Silva; Almeida, 2022).

Frente a esses números e a esse cenário, não se pode ignorar que se trata de um problema de longo alcance, que carece ser analisado e discutido com seriedade e intervenção, tendo em vista que a vitimização do policial, sobretudo aquela com resultado de morte, é uma fatalidade de múltiplos planos: mutila famílias, impacta finanças públicas, encoraja a criminalidade, afeta colegas de farda, aumentando a percepção de insegurança entre eles, bem como da própria sociedade (Castro *et al.*, 2022).

Não obstante, o tema da vitimização policial parece ter sido, por muito tempo, subestimado e negligenciado, e só muito recentemente ganhou visibilidade mais significativa na literatura científica e até mesmo por órgãos governamentais de Segurança Pública.

Basta perceber que, até maio de 2023 inexistia em âmbito governamental qualquer base de dados oficial consolidada sobre o tema, até que, nessa data, o Ministério da Justiça lançou uma plataforma, o “Sinesp Validador de Dados Estatísticos”, que passou a contabilizar e apresentar um panorama sobre a vitimização policial com dados de mortes por violência e suicídios. Do mesmo modo, percebe-se que somente na edição 2020 do Anuário de Segurança Pública do FBSP passou-se a constar registros referentes à vitimização policial, já que, até então, apenas eram apresentados dados da letalidade policial.

Convém lembrar que a mídia sempre teve um papel vigoroso na mitigação desses dados, já que o esforço foi sempre ao contrário, enquanto existe uma tendência em ignorar a realidade da vitimização sofrida pela polícia, o respaldo dado a eventos relativos à letalidade ou à violência policial, é demasiadamente superior (Silveira *et al.*, 2019). Isso certamente contribui para ampliar os estereótipos negativos associados às estruturas policiais e à natureza do trabalho desenvolvido, como também

serve de cabide para silenciar ou mesmo invalidar as diferentes formas de violências sofridas.

Considerando então essas premissas, é notória a relevância e necessidade de expandir o tema, sobretudo divulgar informações sobre homicídios de PMs, e assim reafirmar os riscos associados à profissão, contribuindo para diluir a cultura de opinião pública negativa sobre a PM (Minayo *et al.*, 2007).

Desse modo, este estudo delimita como enfoque de pesquisa a vitimização por crimes violentos, especificamente envolvendo policiais militares. Optou-se por não se deter a recorte regional ou local, mas sim uma abordagem em perspectiva nacional, e, ainda, alcançando os casos registrados tanto de policiais vitimados em serviços ou estando de folga. A discussão foi instigada pela seguinte questão problemática: quais fatores e características comuns retratam a vitimização fatal de policiais militares decorrentes de violência?

Portanto, tem-se como objetivo de pesquisa caracterizar a vitimização fatal de policiais militares no Brasil, a partir da literatura publicada entre 2019 e 2024.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura, nos moldes da revisão integrativa com natureza descritiva. Tal revisão diz respeito a uma estratégia de pesquisa caracterizada por sua capacidade de identificar, analisar e sintetizar resultados de investigações científicas, sobre temas determinados e com emprego de diferentes metodologias, apresentando uma síntese do conhecimento de maneira atualizada, clara e objetiva (Sousa; Bezerra; Egypto, 2023).

A busca se deu por artigos indexados nas bases eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Google Acadêmico, utilizando e combinando os seguintes descritores: “Polícia Militar”, “vitimização policial”, “homicídios de policiais militares”, “morte

de policiais militares” e “mortalidade de policiais militares”.

Para refinamento da pesquisa, foram utilizados como critérios de inclusão: publicações disponíveis na íntegra e de forma gratuita, com abordagem de vitimização fatal de PMs, com linguagem em português, publicados dentro do recorte temporal dos últimos seis anos (2019-2024). A título de exclusão, os critérios foram: artigos de revisão, duplicados, e estudos cujas abordagens se referiam a outras categorias de vitimização.

Considerando a busca através dos descritores mencionados (138), e aplicados os critérios de inclusão e exclusão, foram alcançadas 43 publicações, das quais ainda foi realizado um recorte por meio da leitura do título e do resumo, chegando a 21 artigos. Com a precisão alcançada pela leitura na íntegra dos materiais, o resultado da busca culminou com a seleção de 09 publicações que compuseram o corpus da discussão

3 RESULTADOS

Após a seleção dos estudos, foi realizada a síntese do conhecimento, sendo inicialmente demonstrada uma visão geral das informações referentes à autoria e ano de publicação, à identificação do tipo de pesquisa empregado, aos objetivos, ao Estado em que os dados foram coletados, ao intervalo de tempo utilizado nas análises, ao quantitativo das mortes e à forma como a vitimização fatal dos PMs é caracterizada.

Autor e ano	Objetivo	Estado	Intervalo de tempo analisado	Mortes violentas registradas	Caracterização apresentada
Araújo <i>et al.</i> (2021)	Caracterizar as mortes de policiais militares do Estado da Bahia no período de 2012 a 2018.	Bahia	2012-2018	107 mortes	Maioria homens (98%); negros (83,5%); entre 30 e 39 anos (41,5%); maior ocorrência de homicídios (72%); vítimas na folga (81%); em via pública (59%).
Barbosa; Chaves; Almeida (2020)	Analisar os dados sobre mortes de policiais militares no Pará, ocorridas de janeiro a dezembro de 2019.	Pará	Janeiro a dezembro de 2019	28 mortes	Região Metropolitana de Belém com maior ocorrência (17 mortes); 75% das mortes foram registradas como homicídio e 7 (25,0%) como latrocínio.
Bonfim <i>et al.</i> (2020)	Caracterizar as ocorrências de mortes de policiais militares e civis do Estado da Bahia no período de 2015 a 2016.	Bahia	Janeiro de 2015 a dezembro de 2016	34 óbitos de policiais, sendo 29 destes (85,3%) policiais militares.	A maioria das vítimas eram homens (93,1%); negros (86,2%), entre 40 a 49 anos (52,2%).
Duarte (2019)	Compreender como o risco profissional influencia na ocorrência das mortes dos Policiais Militares do Estado do Pará	Pará	2011-2018	310 mortes, sendo 129 por crimes violentos.	A maioria (98,0%) policiais masculinos; praças (99,0%) particularmente na graduação de cabos (41,85%); com 20 a 25 anos de serviço (25,58%); maior ocorrência de latrocínio (60,47%); maioria em via pública (63,34%);

	nas situações ocorridas na folga				
Figueiredo <i>et al.</i> (2023)	Conhecer o perfil epidemiológico dos PMs do estado Ceará que foram a óbito entre os anos de 2011 e 2021	Ceará	2011 a 2021	238 mortes	Maioria homens (98,6%); brancos (17,0%); entre 30 a 39 anos (33,6%); na graduação soldado (57,2%); 43,5% da causa do óbito foi devido às agressões; em via pública (39,0%).
Miqueletti; Oliveira; Oliveira (2023)	Analisar os crimes (vitimização e no homicídio) cometidos contra PMs do Estado de São Paulo	São Paulo	2013-2022	466 mortes	331 das mortes foram por violência fora do serviço, e 135 em serviço.
Pereira Filho (2022)	Debater a vitimização por homicídio de policiais em Minas Gerais entre 2014 a 2017	Minas Gerais	2014 a 2017	23 mortes de PMs	A maioria dos PMs mortos eram homens; brancos; na graduação soldados (78%); entre 30 a 30 anos; 65% estavam de folga; maior ocorrência de homicídios (48%).
Sales (2021)	Apresentar um diagnóstico sobre os óbitos de PMs no Distrito Federal nos últimos dez anos	Distrito Federal	2011 e dezembro de 2020.	172 mortes	As mortes foram majoritariamente em decorrência dos crimes de homicídio e latrocínio, a imensa maioria se encontrava no período de folga quando foi vitimado (88%).
Tatagiba <i>et al.</i> (2020)	Apresentar a vitimização policial militar no Estado de Rondônia entre 2010 e 2019	Rondônia	2010-2019	21 mortes por crimes violentos	Todos os PMs eram homens; da ativa; pardos (52,38%); entre 26 a 30 anos (24%); Soldados (38,09%); 71% morreram quando estavam fora de serviço; 85,71% foram mortos por arma de fogo.

Quadro 1: Informações gerais sobre os estudos selecionados que compõem o corpus da discussão.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados coletados (2025)

Dos nove estudos analisados, todos se referem a levantamentos de natureza descritiva, apresentando dados de vitimização letal de policiais militares, e destes, dois apresentam dados comparativos entre mortes de PMs e policiais civis. O locus de pesquisa dos estudos foram os Estados brasileiros, todavia, no recorte de tempo usado como referência de busca apenas 7 das 27 unidades federativas têm os dados discutidos na literatura revisada: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Rondônia e São Paulo.

Esse aspecto corrobora com o já citado fato de que o tema da vitimização policial ainda ser incipiente, revelando a necessidade de se ampliar as pesquisas locais que desnudam esse fenômeno, para fomentar não somente o acervo literário, mas ampliar o alcance do tema na sociedade, e principalmente, como forma de levantar um perfil dos casos e assim poder reivindicar medidas governamentais eficazes para inibir o aumento no número de policiais vitimados.

3 DISCUSSÃO

Os PMs, assim como qualquer cidadão, têm se tornado cada vez mais vítimas da violência urbana, sobretudo quando se considera o contexto diário de risco inerente à profissão. Em um crime cujo resultado é a morte de um policial, os efeitos são amplos e negativos: afeta os familiares, fragiliza a instituição e reflete a imagem de um Estado desprovido de mecanismos eficientes de prover segurança à sociedade e a de seus próprios agentes (Duarte, 2019).

Como nessa revisão não foi possível identificar estudos que trouxessem evidências individuais de cada Estado Brasileiro, optou-se por complementar a discussão, apresentando inicialmente, dados nacionais que apresentam uma panorama geral, a título de compreensão, sobre a problemática que envolve o avanço no número de mortes de PMs no país.

No intervalo dos últimos seis anos (variação 2019/2024), foram notificadas 1.234 mortes violentas de profissionais de segurança, dentre estas, 932 eram PMs, superando, portanto, a taxa de todas as demais categorias de agentes de segurança, conforme dados nacionais demonstrados na figura 2, extraídos do Sinesp (2025).

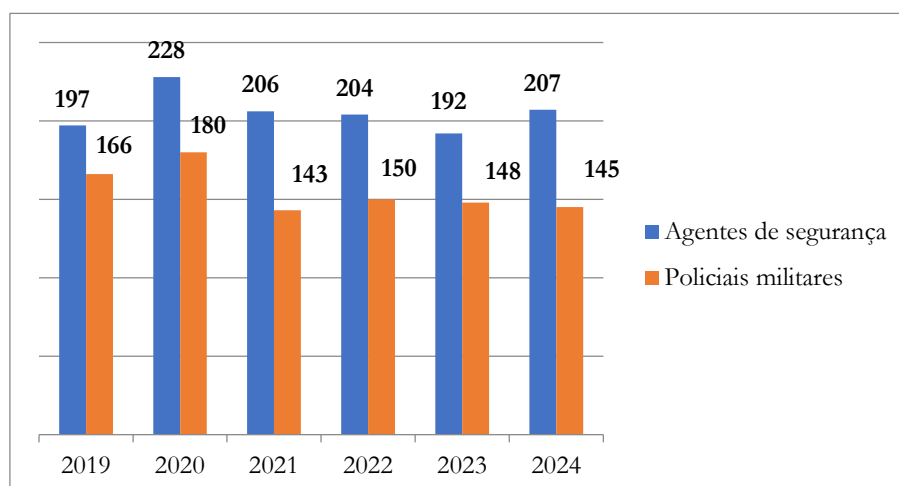


Figura 2: Comparação de mortes violentas de agentes de segurança⁶ e policiais militares no Brasil entre 2019 a 2024.

Fonte: Elaborado a partir de informações extraídas do Sinesp (2025).

Os dados acima demonstram que os registros de mortes de PMs diminuíram, quando comparado ao primeiro ano observado (2019), no qual se registraram 166 mortes, e o último ano (2024) cujo total foi de 145 mortes. Não obstante, persiste um quantitativo alto, que envolve claramente uma conjuntura complexa relacionada diretamente à função desempenhada por essa classe de agentes. Vale salientar que, de nove categorias de agentes que fazem parte do monitoramento do governo, a classe de PMs responde sozinha por quase metade das taxas anuais.

⁶ Na variável Agentes de Segurança são incluídos dados de 9 grupos institucionais: Polícia Militar; Polícia Civil; Polícia Penal; Corpo de Bombeiros Militar; Guarda Municipal; Polícia Rodoviária Federal; Perícia; Polícia Federal; Agente de Trânsito.

Esse indicativo também se evidencia pelas análises estaduais, como a realizada por Bonfim *et al.* (2020). Nesse estudo, foi verificada a ocorrência de 34 vitimizações fatais de policiais, sendo 29 deles PMs e 5 PCs no período de 2015 a 2016 na Bahia. Em Minas Gerais, entre 2014 a 2017, foram registradas 7 mortes de PCs, enquanto o número de PMs mortos foi de 23, conforme dados descritos por Pereira Filho (2022).

O fato de as mortes de PMs sobressaírem quantitativamente em comparação aos demais agentes, pode ser associado ao maior contingente de profissional atuante, e por se tratar de uma atividade na linha de frente no combate à criminalidade, mormente por seu caráter de policiamento ostensivo (Araújo *et al.*, 2021).

Sobre isso, a literatura aponta algumas das situações que justificam a iminência dos riscos aos quais os PMs estão expostos, e que se ligam diretamente à função desempenhada: possibilidade de confrontos diretos com criminosos; operações de combate ao crime; abordagens de suspeitos; patrulhamento de áreas perigosas; carregar a carteira de identidade policial facilitando sua identificação para criminosos; além das emboscadas e atentados premeditados pelo crime organizado com o fim direto de ceifar a vida do PM (Barbosa; Chaves; Almeida, 2020; Miqueletti; Oliveira; Oliveiri, 2023, Tatagiba *et al.*, 2020).

Nesse sentido, os números são impactantes, mas não surpreendem. Desde que a PM existe enquanto instituição do Estado, é responsável pela manutenção da ordem pública, pela proteção de pessoas e do patrimônio, sendo, por isso, alvo de vitimização, cuja materialização se dá na forma de agressões físicas e psicológicas, lesões, traumas, ameaças, tentativas de homicídio e o homicídio consumado (Duarte, 2019).

Por isso, pode-se afirmar que o aumento da criminalidade e a consequente necessidade de atuação dos PMs majora os riscos aos quais passam a ser expostos tanto no âmbito profissional como pessoal. Todavia, a intensificação da demanda pela atuação desse agente de segurança não segue

acompanhada do devido investimento para melhorar a estrutura e instrumentalização das atividades e, ainda, o próprio aperfeiçoamento profissional que possam torná-los ainda mais aptos, não apenas na defesa da sociedade, mas a si próprios. Nesse sentido, não se pode olvidar que o risco não deve ser considerado acidente, mas um componente estrutural das condições de trabalho, ambiente e relações, conforme defendido por Tatagiba *et al.* (2020).

O efeito negativo desse descompasso se reflete no número expressivo de mortes desencadeadas, sobretudo em virtude da violência que recai sobre os PMs no exercício da função ou fora dele. Examinando o tipo de vitimização letal, a maioria dos estudos apontam mortes por homicídio (Araújo *et al.*, 2021; Barbosa, Chaves, Almeida (2020); Pereira Filho, 2022), latrocínio (Duarte, 2019; Sales, 2021) e ainda consequências de agressões (Figueiredo *et al.*, 2023). Nota-se que a preponderância de homicídios revela o intuito deliberado dos autores em executar a vítima.

Ademais, percebeu-se entre os estudos uma tendência de similaridade quanto aos resultados de algumas variáveis sociodemográficas relacionadas à mortalidade de PMs por violência, que coincidem, inclusive, com os dados das edições recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública: policiais homens e negros são desproporcionalmente mais vitimados nas mortes violentas intencionais, com maior concentração de vítimas com idade entre 30 e 39 anos. No estudo de Figueiredo *et al.* (2023), 98,6%, de 238 policiais mortos no Ceará, entre 2011 a 2021, eram homens, o que pode ser justificado em razão da predominância masculina na profissão e maior inclinação para a reação desencadeada pelo chamado “Estado de Alerta”.

Sobre a raça, Bonfim *et al.* (2020) ao destacarem o percentual de 93,1% de PMs negros, das 29 mortes no estado da Bahia, entre 2015 e 2016, associam-as a razões como estarem esses agentes lotados em postos hierárquicos mais baixos, bem como a fatores históricos enraizados no Brasil que

ainda perpetuam a discriminação e violência a indivíduos dessa raça.

Outras duas características comuns e pontuais verificadas sobre a morte dos PMs remetem ao local onde a morte ocorreu, sendo predominante em via pública; e ao fato de terem acontecido majoritariamente em períodos de folga dos agentes.

Em Araújo *et al.* (2021), de 107 mortes de PMs, notificadas entre 2012 e 2018 no Estado da Bahia, 81% foram vítimas que não estavam em serviço. Do mesmo modo, Miqueletti, Oliveira e Oliveiri (2023) citam que de 466 mortes verificadas no Estado de São Paulo entre 2013 e 2022, 331 foram de PMs que estavam em período de folga, o que pode sugerir que, mesmo sem fardamento, existem fatores sociodemográficos, institucionais e situacionais que podem influenciar para a ocorrência desse tipo de morte.

Nessa variável, a literatura é assente no sentido de associar questões como: a prática recorrente de realizar atividade de segurança particular na folga, o chamado “Bico”; a intervenção a crimes de forma improvisada, sem suporte operacional adequado; ser momentos mais estratégicos para criminosos que planejam vingança e emboscadas visto que, teoricamente, os PMs estão sem instrumentos de proteção como o colete balístico, bem como sem companhia e auxílio de seus colegas de farda (Araújo *et al.*, 2020).

Tomando como referência a pesquisa de Tatagiba *et al.* (2020), entre 2010 e 2019, 71% dos PMs mortos em Rondônia estavam fora da escala de serviço. Os autores citam como um condicionante para essa realidade a falta de treinamento (técnicas e procedimentos) para que o agente possa aplicar em situações de alerta quando estão de folga, já que eventualmente estão sem os trajes e equipamentos policiais. Não somente isso, mas a função do PM está envolta de vulnerabilidades como baixo efetivo, equipamentos insuficientes e armamentos de baixa qualidade (Miqueletti; Oliveira; Oliveiri, 2023).

Somado a esses fatores, acrescenta-se o risco aumentado em virtude do porte de armas, que, por

si só não garante a defesa e/ou sobrevivência perante uma situação de ataque, mas por outro lado, expõe não apenas a identidade como instiga ainda mais o ato criminoso contra o agente (Duarte, 2019). No estudo de Sales (2021), que investigou as mortes de PMs do Distrito Federal, entre 2011 e 2020, em 75% dos 172 casos de mortes violentas, dos quais foram principalmente homicídios e latrocínios, os policiais estavam portando suas armas e ainda assim não conseguiram reagir com êxito, perdendo suas vidas.

Contribui também para vulnerabilidade frente ao risco, o fato de muitos dos agentes residirem em localidades consideradas perigosas e com maior concentração de delinquentes. Essa hipótese é levantada por Duarte (2019) e Barbosa, Chaves e Almeida (2020), explicando a maior incidência de mortes de soldados em relação aos oficiais no Pará, relacionando a baixa remuneração e moradia em localidades periféricas e o fato de tornarem-se alvos da criminalidade. No estudo de Duarte (2019), revela-se que 99,0% das mortes de PMs notificadas eram da graduação de praças. O autor explica ainda que a atribuição legal dos soldados, a quem cabe à execução do policiamento ostensivo fardado, os expõe naturalmente de forma mais incisiva do que aos oficiais.

Pela breve exposição levantada nas informações descritas nos estudos, tem-se pontual direcionamento para entender que as mortes dos PMs decorrem precipuamente de sua condição profissional e as atividades que desempenham. Nesse norte, é correto afirmar que existe uma situação de risco e vulnerabilidade social real e crescente entre a classe de PMs; em contrapartida, visualiza-se pouco apelo social e institucional sobre o problema. Nisso, pode-se afirmar que, além de toda a conjuntura do ambiente e das condições profissionais que os expõem à criminalidade e à violência, à falta de reconhecimento social, à estigmatização, aos julgamentos e à discriminação dirigidos a esses profissionais, acabam por criar margens para a naturalização ou até mesmo a legitimação de toda a vitimização sofrida pelos PMs.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste estudo revisar a literatura a fim de reunir as características comuns relacionadas às mortes de policiais militares no Brasil. Verificou-se que não há uma uniformização das variáveis analisadas, o que não impediu, todavia, de reunir informações gerais e identificar um perfil mais próximo sobre os casos, por exemplo: a maioria das vítimas são homens, negros, pertencentes à graduação de soldados, entre 30 e 39 anos, vitimados majoritariamente em períodos de folga e em via pública, sendo a maioria das mortes decorrentes de homicídio por arma de fogo.

Um fator limitante encontrado para satisfazer o objetivo do estudo foi a pouca disponibilidade de material de referência dentro do

recorte utilizado, mas principalmente a falta de abordagens em mais Estados brasileiros, já que foram encontrados estudos com dados de apenas 7 das 27 unidades federativas.

Do mesmo modo, não se observou dados concernentes a fatores desencadeantes, bem como sobre resolução criminal dos casos com a devida identificação e penalização da autoria, o que demonstra, portanto, que mesmo ante os avanços e maior visibilidade no tratamento do tema, ainda é preciso aprimorar e ampliar as variáveis de monitoramento. Entende-se que é necessário apresentar uma abordagem e clarificação ampla da vitimização policial, não apenas no seu formato letal, de modo que os resultados sirvam como parâmetro e reivindicação por produção de políticas específicas para sua prevenção

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E. da S. *et al.* Descrição da mortalidade de policiais militares por homicídio no Estado da Bahia, Brasil. **Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva**, Salvador, v.2, n. e9865, p.1-15, 2021.
- BARBOSA, J. F.; CHAVES, A. B. P.; ALMEIDA, S. dos S. de. Vitimização de policiais militares no Estado do Pará (Brasil) em 2019. **Research, Society and Development**, [S.l.], v. 9, n. 8, e153985549, 2020.
- BONFIM, J. R. F. B. *et al.* Mortes de policiais militares e civis do Estado da Bahia no período de 2015 a 2016. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n.12, p. 102246-102260, dez 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 abr 2025.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Sinesp - Profissionais de segurança pública**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFlMmYzYTgwOTBlIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 12 abr 2025.
- CASTRO, G. de A. *et al.* **Mortalidade policial em 2021**. Brasília: Instituto Monte Castelo, 2022.
- COSTA, B. R. N. *et al.* Perfil da mortalidade de policiais militares por causas violentas, segundo cor da pele na Bahia, Brasil. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 48, n. 1, p. 29-45, jan/mar, 2024.
- DUARTE, E. N. P. M. **O Risco Não Cessa Quando o Turno Termina: Um Estudo Sobre a Morte de Policiais Militares Fora do Serviço**. 2019. 109F. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- FIGUEIREDO, C. L. de. *et al.* Mortalidade por agravos externos em polícias militares cearenses: uma análise temporal de 2011 a 2021. **Revista Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 13, n. 87, p. 13085-13089, 2023.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBPS, 2023.
- INSTITUTO MONTE CASTELO. Relatório Mortalidade Policial em 2021. Disponível em: <https://montecastelo.org/relatorio-mortalidade-policial/>. Acesso em: 12 abr 2025.
- MAIA, A. B. P.; RODRIGUES, P. da C.; ASSIS, S. G. de. Ferimentos por arma de fogo durante o serviço entre policiais militares no estado do Rio de Janeiro: caminhos para o monitoramento e desenvolvimento de estratégias para a redução da vitimização policial. **Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar - RC-ESPM**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 243-262, jul 2022.
- MINAYO, M. C. de S. *et al.* **(In)segurança profissional e (in)segurança pública**. Subsídios para Construção de um Novo Fazer Segurança Pública - Coleção Segurança com Cidadania, Brasília, v.1, n.1, p. 195-230, 2009.
- MIQUELETI, A. L.; OLIVEIRA, G. T. S.; OLIVEIRI, R. A. Vitimização de policiais militares do Estado de São Paulo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v.9, n.10. p. 127-154, out 2023.
- OLIVEIRA, C. A. de; PRADO, H. K. do. A saúde mental na polícia militar do Paraná: o impacto do estresse e da violência na realidade policial. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 12, p. 2753-2767, dez 2024.

PEREIRA FILHO, D. dos S. Quando a vítima de homicídio é o policial: os fatores de risco na vitimização por homicídios de policiais civis e militares no estado de Minas Gerais (2014-2017). **Avante Revista Acadêmica**, [S.l.], c. 1, n.3,p. 61-77, jul / dez, 2022.

SALES, E. R. de. Vitimização e sobrevivência policial: uma análise sobre mortes violentas de policiais militares do Distrito Federal. **Revista Ciência & Polícia**, Brasília-DF, v.7, n.1, 35-55, jan /jul 2021.

SANTOS, J. F. dos. *et al.* Pesquisas realizadas no período de 2014 a 2024. **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v.22, n.6, p. 01-27. 2025.

SILVA, J. B.; ALMEIDA, A. J. da S. Vitimização policial: diagnósticos e perspectivas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 240–263, 2022.

SILVA, J. B. da.; SILVA JÚNIOR, A. L. da. Vitimização policial militar no Rio Grande do Norte. **VIGILANTIS SEMPER – Revista Científica de Segurança Pública**, Natal, v. 1, n. 1, p. 77-86, jul / dez 2021.

SILVEIRA, A. R. V. et al. A violência contra policiais: problemas sociais e governamentais, aliados a uma legislação obsoleta. **Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior**, [S.l.], v. 11, ed.1, p. 211-227, jan / jun, 2019.

SOUZA, E. R. de; MINAYO, M. C. de S. **Sob Fogo Cruzado I**: vitimização de policiais militares e civis brasileiros. 2013. Disponível em: https://ippsbrasil.com.br/wp-content/uploads/2020/08/6-Sob-Fogo-Cruzado-I_-vitimizac%CC%A7a%CC%83o-de-policiais-militares-e-civis-brasileiros.pdf. Acesso em: 09 abr 2025.

SOUSA, M. N. A.; BEZERRA, A. L. D.; DO EGYPTO, I. A. S. Trilhando o caminho do conhecimento: o método de revisão integrativa para análise e síntese da literatura científica. **Observatório de La Economía Latinoamericana**, [S.l.], v. 21, n. 10, p. 18448–18483, 2023.

TATAGIBA, M. M. K. *et al.* **A vitimização dos policiais militares da ativa no estado de Rondônia**: uma análise das mortes por crimes violentos entre 2010 e 2019. Artigo Científico (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar de Rondônia) – Centro de Ensino da Polícia Militar de Rondônia, Porto Velho, 2020